

Corrupção, novo inimigo Sateré

mane

Talvez o Povo Sateré - Mawé seja um dos mais adiantados dentro dessa luta das nações indígenas pela autodeterminação. Por dois motivos: é o único que tem área demarcada no Amazonas (já passou pelo primeiro processo portante); e conseguiu chamar a atenção de vários órgãos oficiais para expulsar a multinacional francesa Elf Equitaine que faz trabalhos de exploração petrolífera na área (prova de organização).

Tanto chamou a atenção que em pouco menos de três meses de campanha, viagens a Brasília, apelo em rádio, televisão e jornais, os Sateré conseguiram a intervenção direta do presidente da Funai coronel-aviador Paulo Moreira Leal, na 1ª Delegacia com sede em Manaus. Isso comprova o enfraquecimento do delegado Kasuto Kawamoto e mais: que nas próximas semanas ele poderá perder seu "emprego", o que já foi pedido, por cartas e abaixo-assinados, por três nações indígenas.

Os motivos? Ora, ficou mais que comprovado que Kasuto foi o principal responsável pela invasão da petroleira nas reservas dos Sateré e Munduruku (além de já estar preparando-se para liberar outras duas reservas). A prova disso são os três processos elaborados pela 1ª Delegacia e assinados por ele, os quais continham uma série de irregularidades propositais para liberar as áreas para a multi.

Essas descobertas foram feitas pelos interventores, enviados especialmente para comprovar a corrupção de Kasuto Kawamoto. E não só a Funai, outros boatos despertaram também o CSN.

A antropóloga Ana Maria Paixão ciceroneou agentes do Conselho de Segurança Nacional numa visita à região. Outros dados transpiraram: a Elf não estaria interessada apenas no petróleo, conforme reza o contrato de risco. Seus especialistas teriam descoberto uma grande jazida de urânio.

Principalmente ao delegado Kasuto essa visita foi escondida. Só que ele descobriu e desacreditado, morrendo de medo de perder seu cargo - desta vez não apenas ameaçado - ele ligou ao coronel Leal e ficou confirmado. Na verdade um grupo do CSN havia viajado para o Amazonas. Mas não era nada com a Elf Equitaine, apenas questão de fronteira na área dos Yanomami, no Alto Rio Negro, porém, só o pobre Kasuto não sabia. E acreditou na versão do seu chefe. A dúvida foi lançada para confundir.

INDENIZAÇÃO: RELATÓRIOS SÃO UMA SÓ FARSA

Antes mesmo dos índios se organizarem, a delegacia em Manaus já tinha três relatórios contendo dados falsos, mentiras, tais como a "comprovação" de que nos locais onde se pretendia entrar não tinha índio. Não só: um dos enviados falou para o tuxaua Emílio Tibúrcio e Raimundo Ferreira da Silva (eleito o líder do ano, pela assembléia geral dos Sateré ocorrida no final de dezembro), que um dos relatórios chegou ao cúmulo de cometer equívocos insustentáveis.

TERRAS

O delegado da Funai apoiou a invasão da área pela multinacional e agora está na mira do CSN. Os índios esperam.

A partir do seguinte:

1) a indenização é para a nação Sateré - Mawé;

2) o mapa não é dos Sateré e sim dos Munduruku;

3) e neste relatório não se fala nem em Munduruku, nem em Sateré, refere-se sim à nação Marubo - que não tem nada com a invasão e fica em outro extremo do estado do Amazonas.

Para evitar dúvidas: os Sateré estão situados entre os municípios de Parintins (AM) e Barreirinhas (PA), nos rios Andirá e Marau. Os Munduruku no rio Madeira, próximos à cidade de Nova Olinda do Norte (AM). E os Marubo na divisa com o Peru, rio Itui - proximidades do município de Atalaia do Norte (AM).

Para alcançar sucesso, os enviados especiais tiveram que utilizar uma estratégia especial. Tiveram carta branca, helicóptero, embarcações, todas as facilidades, mas longe da estrutura de

Kasuto Kawamoto. Porém ele não se fez de rogado.

Alguns índios contaram que um dos que estiveram na região, por exemplo, depois de andar por lá, "contando árvore por árvore derrubada", foi procurado por um intermediário, em nome de Kasuto e da Elf. Ofereceram 1 milhão de cruzeiros "para deixar por menos" o que eles tinham visto. Ou então "não exagerar no pedido de indenização".

(Depois Kasuto telefonou mais uma vez a Paulo Leal, inocentemente, perguntando porque os enviados especiais não tinham passado pela delegacia, ele ficara sabendo através de jornalistas... Para garantir-se o emprego virou ovelha...).

Concluídos os levantamentos os tuxauas do rio Andirá foram questionados a respeito de quanto eles achavam que mereciam pelos estragos. Esses pediram dois dias para se reunir. Avaliaram em 5 milhões.

Só que o tuxaua geral do rio Marau ao saber da reunião procurou os enviados e disse que achava injusta a proposta de 5 milhões só para as comunidades do rio Andirá. E pediu mais 5 milhões para as aldeias que representa (pois a Elf derrubou árvores, armou acampamentos, fez clareiras e picadas, em ambos os rios).

"10 MILHÕES? É UM ABSURDO. (IMPOSSÍVEL!)"

Ao receber o relatório de indenização, o coronel Paulo Leal achou um absurdo. 10 milhões era muito. "Um amigo meu me ligou de Brasília - narra Raimundo Ferreira - e confirmou que o presidente (Leal) não aceitou tudo o que tinha sido pedido".

E Raimundo ainda fez uma reclamação: "Os homens que estiveram aqui disseram que com o dinheiro da indenização iriam terminar de demarcar um trecho

do rio Marau. Mas isso nós não queremos. O dinheiro para demarcar é da Funai, ela tem verba para isso. Com a indenização nós já decidimos em assembléia, iremos fazer alguns projetos de plantações."

Em meados de novembro, quando um grupo de tuxauas esteve em Brasília, na mesma ocasião Paulo Leal se reuniu com a Petrobrás e a Elf. Daí contou que havia arrancado da multi 500 mil. "Em breve irei levar o dinheiro aos Sateré", disse ele. Até agora, porém, isso não ocorreu. Apenas ensaios: no dia 22 de dezembro chegou um rádio da 1ª Delegacia, na aldeia de Ponta Alegre, em retransmissão a um outro do coronel Leal, garantindo que até o final daquele mês o dinheiro estaria lá.

"Que dinheiro?" Perguntaram-se os índios. "Da indenização feita pelos enviados especiais? Os 500 mil conseguidos em novembro pelo presidente da Funai? Que dinheiro?" Ninguém respondeu e o dinheiro não aparece!

Por outro lado, o povo Munduruku que também sofreu a invasão da mesma petroleira - só que meses antes dos Sateré - quer igualmente uma indenização. Manuel Cardoso, capitão geral dessa nação mandou uma carta a Brasília, "reclamando os direitos de minha gente".

Reclamou ele que durante mais de três meses, num raio grande do local onde a Elf trabalhou, estourou dinamites, não houve caça. "Nós também fomos prejudicados com as picadas, clareiras, árvores derrubadas. Merecemos a mesma coisa que os Sateré, todos somos índios e fomos prejudicados".

Ficou no entanto claro recentemente, que esses índios só receberão indenização caso seja encontrado petróleo em suas reservas. "O que seria muito bom para eles", flagrou-se Paulo Leal dizendo isso a pessoas de sua confiança. E não faz muito tempo também, o presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki anunciou misterioso à imprensa: "Meu presente de natal está no subsolo da Amazônia".

MAIS DOIS POVOS AMEAÇADOS PELAS PETROLEIRAS

Já antecipando novas liberações, Kasuto Kawamoto disse no final de dezembro em Manaus que o contrato de risco com as empresas estrangeiras envolve o Médio Amazonas e que por isso, outras duas nações podem ser afetadas pela sanha do petróleo. Os Mura e os Hiskariano.

"Até agora que eu saiba, a empresa não entrou nestas duas reservas", falou Kasuto desculpando-se que se a empresa invadir, não será culpa dele. Aliás para ele o contrato de risco vem do céu, ninguém fica sabendo. "Eu só soube quando saiu nos jornais". Para justificar suas manobras na afeição acrescenta: "Foi uma coisa que nós aprendemos. Da próxima vez haverá uma série de exigências (inclusive as suas particulares) às petroleiras, caso o contrato de risco incida em reserva indígena".

"Não há nada escrito, quando nós reunimos com a Braslefa (subsidiária da Elf) preferimos deixar para pedir a indenização no final. É quando nós saberíamos de todos os estragos, antes não dava para calcular. E se eles cortassem uma árvore a mais?" justifica-se mais uma vez o delegado da Funai para reforçar seus acordos paralelos com a empresa. "Os índios atrapalham tudo, só confundem porque ficam batendo na mesma tecla, não podíamos fazer o cálculo de prejuízo antecipado", concluiu Kasuto.

A dúvida é uma só afinal: a indenização será paga? Ninguém sabe. Os técnicos do alto escalão acharam que apenas os Sateré mereciam 50 milhões pelos prejuízos (irrecuperáveis). Mas foi pedido apenas o total de 10 milhões. Nem isso Paulo Leal aceitou.

A Elf continua na reserva dos índios Sateré - Mawé, agora próxima ao rio Mamuru. E continuam as depredações.



Todos os Sateré contra a invasão das petroleiras.



Raimundo Ferreira, o "Dico", reclama indenização em nome de seu povo (foto: Montezuma Cruz).